

PBH ATIVOS S.A.

Relatório do auditor independente sobre as
demonstrações contábeis

**Referente ao exercício findo em 31 de
dezembro de 2021**



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem

**Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, aos Conselheiros e aos Administradores da
PBH ATIVOS S.A.
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **PBH ATIVOS S.A.** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **PBH ATIVOS S.A.**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.2 às demonstrações contábeis, que descreve que em junho de 2020 o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG suspendeu os pagamentos das debêntures emitidas pela PBH Ativos. Neste contexto, destaca-se que a referida decisão proibiu que o Banco Centralizador (Banco do Brasil S.A.) e o Agente Fiduciário interrompessem qualquer transferência para a conta de livre movimentação e que retivessem valores das contas vinculadas, permanecendo a amortização das debêntures subordinadas sem qualquer impacto. Em 18 de abril de 2021, a Fitch retirou o Rating Nacional de Longo Prazo “Dsf (bra)” da segunda emissão de debêntures da PBH Ativos S.A. Porque as debêntures, que estão em situação de inadimplência desde julho de 2020, atingiram seu vencimento final em 15 de abril de 2021 e não foram quitadas. Segundo a Administração, em abril de 2021, o contrato da operação de debêntures de 2ª emissão foi encerrado e que as parcelas devidas e não pagas ocorreram diante da Representação do TCE e da decisão cautelar de 18 de setembro de 2020. Em dezembro de 2021 o saldo devedor atualizado na conta 18.120-x é de R\$ 5 milhões (vide nota nº 8). Nossa opinião não foi modificada em função desse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta em seu balanço patrimonial, obrigações com debêntures de emissão simples no montante de R\$ 213.717 mil, conforme divulgação na Nota Explicativa nº 12 às demonstrações contábeis. As debêntures são lastreadas por meio de cessão fiduciária, por tributos municipais renegociados, originados por BH, os quais foram transferidos à PBH Ativos via contrato de cessão onerosa. Os tributos incluem o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e outras taxas municipais. O agente fiduciário da emissão, a Pentágono S.A. DTVM (Pentágono), é responsável por verificar o DSCR e o índice de garantia.

- **Debêntures - 1ª emissão**

São debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, emitidas em 1º de abril de 2014 para subscrição privada, as quais foram inteiramente subscritas pelo município de Belo Horizonte e integralizadas mediante a cessão de Direitos de Crédito Autônomos, no importe total de R\$ 880.320.000 (correspondente a 88.032 debêntures subordinadas emitidas com valor nominal unitário de R\$ 10 mil), possui prazo de vencimento até 1º de abril de 2023.

- **Debêntures - 2ª Emissão**

São constituídas por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de Direitos Creditórios Autônomos, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. Na data da emissão, 15 de abril de 2014, correspondiam a 2.300 debêntures com valor unitário de R\$ 100 mil, no montante total de R\$ 230 milhões. O contrato das debêntures de 2ª emissão da PBH Ativos teve o seu contrato encerrado em abril de 2021 sem que houvesse sua quitação integral. As parcelas devidas e não pagas de julho/2020 até abril/2021 estão retidas na conta número: 18.120-X, agência 1615-2, do banco do Brasil (“contas de Pagamento”), conforme decisão do TCE, o que representa um saldo atualizado em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 5 milhões (R\$ 3,2 milhões em dezembro de 2020).

Por se tratar de uma obrigação relevante para a Companhia e sujeita a fatores externos para cumprimento das garantias atreladas as debêntures de 1ª e 2ª emissão, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o entendimento sobre o monitoramento das garantias vinculadas as debêntures de 1ª e 2ª emissão, (b) análise das autorizações e registros realizados nos órgãos oficiais controladores (B3 e CVM), (c) análise das atas das assembleias gerais respectivas onde são autorizados os processos (pelas publicações e/ou pelos registros de atas); (d) análise da autorização de emissão, pela diretoria, para efeitos de controles internos; (e) análise dos cumprimento de obrigações não pecuniárias; (f) análise do cumprimento dos índices financeiros referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e (g) avaliação da adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Como resultado desses procedimentos, consideramos que os controles internos utilizados pela Administração para monitoramento e cumprimento das garantias e índices financeiros vinculadas as debêntures, são razoáveis e as divulgações estão consistentes com dados e informações obtidos ao longo de nossos trabalhos.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da PBH Ativos S.A. encerradas em 31 de dezembro de 2020, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu seu relatório em 31 de março de 2021, com opinião sem ressalvas sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, e da época da auditoria dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2022.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

CAPÍTULO I DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

1. Interesse público

A PBH Ativos, nos termos de sua lei de criação, Lei Municipal nº 10.003/2010 oferece suporte técnico especializado à Administração Pública na execução das políticas públicas e captação de recursos para viabilizar projetos de infraestrutura nas áreas de saúde, educação, dentre outros de interesse da população.

A Empresa é responsável por auxiliar o Tesouro municipal na captação de recursos financeiros, podendo, para tanto, colocar no mercado obrigações de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar em garantia os ativos, créditos, títulos e valores mobiliários da sociedade; estruturar e implementar operações que visem a obtenção de recursos junto ao mercado de capitais; auxiliar o Município na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos municipais em geral; auxiliar o Município em projetos de concessão ou de parceria público-privada, podendo, nesse sentido, dar garantias ou assumir obrigações; custear obras licitadas por outros órgãos ou entidades da Administração Direta e Indireta do Município; captar recursos ou estruturar operações que possibilitem a quitação, o refinanciamento, a redução do montante ou a diminuição dos encargos da dívida pública do Município.

2. Políticas públicas

A PBH Ativos destaca-se pela expertise necessária para o desenvolvimento de estudos de modelagem de permissões, concessões e PPPs, com a finalidade de garantir a viabilidade econômico-financeira e jurídica de projetos que possibilitam à Administração Direta e Indireta do Município de Belo Horizonte e de outros entes, executar políticas públicas que promovam seu desenvolvimento.

Nos termos do Decreto Municipal nº 16.694/2017, que dispõe sobre o Conselho Gestor de Parcerias Público Privadas, compete à PBH Ativos prover suporte técnico ao Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas - CGP com atribuições de: (i) coordenar a organização de núcleos setoriais para acompanhamento e gestão dos contratos de concessão e de parcerias público-privadas em cada secretaria, órgão ou entidade do Poder Executivo responsável pelo serviço ou atividade objeto da contratação; (ii) prestar assessoramento técnico aos núcleos setoriais criados pelo CGP e (iii) coordenar o processo de negociação envolvendo pleitos e questões econômico-financeiras que possam gerar aditivos contratuais, atuando como mandatária do Município nos limites previamente estipulados pelo CGP.

A PBH Ativos também desempenha importante atuação na captação de recursos. A Companhia, no intuito de alcançar melhores resultados em investimentos, realizou uma operação intitulada securitização de recebíveis, na qual foram ofertados títulos mobiliários aos investidores no mercado de capitais, em consonância com as normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelas Resoluções do Senado Federal.

Conforme ressaltado, a operação de securitização vem sendo criteriosamente gerida pela PBH Ativos. Os recursos obtidos foram revertidos em importantes políticas públicas

estruturadas pelo Município de Belo Horizonte.

3. Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas

Anualmente a PBH Ativos celebra com o Município Contrato de Metas e Desempenho com previsão de ações intersetoriais. Insta esclarecer que algumas metas foram pactuadas nos anos anteriores e possuem expectativa de conclusão em 2022, quais sejam:

- a) Conclusão e entrega da modelagem da concessão dos cemitérios;
- b) Conclusão e entrega da modelagem da concessão para a gestão, reforma, requalificação e manutenção do Jardim Zoológico, Jardim Botânico, Aquário do Rio São Francisco, áreas e equipamentos públicos da Orla da Lagoa da Pampulha;
- c) Conclusão e entrega da modelagem da concessão do Parque das Mangabeiras;
- d) Conclusão e entrega da modelagem da PPP de Limpeza Urbana;
- e) Conclusão e entrega da 2ª fase do projeto de economia de energia elétrica a partir da utilização da minigeração distribuída de fonte fotovoltaica.

4. Recursos para custeio das políticas públicas

É importante destacar que a PBH Ativos, enquanto empresa estatal, não tem competência direta para executar políticas públicas. Conforme sua lei de criação, Lei Municipal nº 10.003/2010, a empresa auxilia a Administração Pública, observando ainda o estabelecido no Contrato de Metas e Desempenhos celebrado com o Município de Belo Horizonte, ou conforme a prestação de serviços a órgãos, entidades e empresas estatais nos termos do Decreto Municipal nº 16.950/2018, que regulamentou o inciso XII do art. 2º da citada Lei.

A PBH Ativos possui atuação técnica voltada para a consultoria, assessoria e estruturação de projetos de infraestrutura, parcerias, concessões e permissões em diversas áreas, além de expertise pioneira na captação de recursos financeiros para o Município, via securitização de recebíveis.

Os recursos viabilizados via securitização e demais serviços executados pela Empresa (i) foram utilizados na amortização das debêntures de mercado¹ e ainda o são para a amortização das subordinadas; (ii) são revertidos para a manutenção da Companhia, considerando não ser empresa financiada nem custeada pelo Tesouro Municipal, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei Municipal nº 10.003/2010, e (iii) distribuídos aos acionistas por meio de juros sobre capital próprio que, por sua vez, investem nas políticas públicas municipais.

Em 31 de dezembro de 2021, a operação de securitização pode ser assim demonstrada²:

¹ R\$4.855.538,32, desde 07/2020, estão depositados em conta apartada conforme decisão cautelar do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Representação n. 1024572 (apensa 1031793).

² Dados de 15/02/2022, conforme Gerência Financeira.

POSIÇÃO DEBÊNTURES EM 31/12/2021			
DEBÊNTURES SUBORDINADAS		DEBÊNTURES DE MERCADO	
TOTAL EMISSÃO	880.320.000,00	TOTAL EMISSÃO	230.000.000,00
VALOR AMORTIZADO	844.259.840,51	VALOR AMORTIZADO	263.576.933,42
		VALOR JUROS PAGOS	65.015.379,25
SALDO DEVEDOR	213.716.790,33	SALDO DEVEDOR	0,00

5. Impactos na operacionalização das políticas públicas

A operacionalização de parte de importantes políticas públicas que são desenvolvidas pelo Município de Belo Horizonte ocorre baseada na expertise da PBH Ativos. Os indicadores para as tomadas de decisão são sustentados por detalhados estudos de viabilidade econômico-financeira que levam em consideração, especialmente, os benefícios gerados aos munícipes, o impacto social, menor custo e ganho de eficiência para o Município de Belo Horizonte.

A Companhia, sempre que suportado pelo resultado financeiro, distribui juros sobre capital próprio aos seus acionistas, Município de Belo Horizonte, BHTRANS e Prodabel, na proporção de suas cotas, o que propicia ainda, a oferta de dividendos sociais por meio de projetos intersetoriais, estruturados e/ou garantidos pela PBH Ativos e previstos no Contrato de Metas e Desempenho celebrado com o Município de Belo Horizonte, em diversas áreas de atuação.

Estruturação de projetos de concessões e parcerias público privadas:

a) Educação

O projeto da PPP da Educação³ surgiu com o objetivo de atender aos projetos de expansão do ensino infantil e da escola integrada, definidos no Plano Estratégico de Belo Horizonte em 2009, viabilizando a construção de 46 Escolas Municipais de Ensino Infantil – EMEIs (antigamente chamadas Unidades Municipais de Ensino Infantil – UMEIs) e 05 Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs)⁴.

O projeto beneficia cerca de 25 mil crianças e, em 2017, foi reconhecido como “Projeto municipal do ano” e “Projeto em operação do ano” na 1ª edição do Prêmio PPP Awards & Conference, em 2018, como “Ideia mais inovadora do ano” na 2ª edição e como “Concessionária do ano” em 2019⁵. Frequentemente o projeto atrai a atenção de outras prefeituras e governos estaduais e até mesmo de outros países, todos interessados em

³ Outras informações disponíveis em: <http://pbhativos.com.br/concessoes-e-ppps-2/educacao/> e <http://www.inovabh.com.br/>

⁴ Disponível em: <http://inovabh.com.br/>

⁵ Disponível em: <https://pppawards.com.br/finalistas-do-ppp-awards-2019/>

conhecer e replicar o modelo que já é amplamente difundido no Reino Unido e com experiências semelhantes bem-sucedidas em países como Canadá, Austrália e Alemanha.

Neste projeto, além da estruturação e assessoramento técnico à Secretaria Municipal de Educação, a PBH Ativos é responsável por prestar garantia parcial na operação. Para o exercício de 2022 está prevista a realização de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato com vistas a redução das garantias prestadas pelo Poder Concedente e ajustes das contraprestações considerando os impactos do período de pandemia.

b) Saúde

I - Parceria Público Privada do Hospital Metropolitano - HMDCC⁶ atende à uma demanda antiga da população, de ampliação do acesso a serviços de saúde. O HMDCC ocupa uma área construída de 46.000 m², com 13 andares e um heliponto. São 460 leitos, sendo 80 de CTI, e 16 salas de cirurgias, com capacidade de atendimento mensal de 1.400 internações por mês, sendo 600 delas cirúrgicas, 8 mil exames e imagem/mês e 75 mil exames laboratoriais. Especialmente em 2020, em função da pandemia causada pela COVID-19, o hospital teve o incremento de leitos, ampliação temporária e emergencial mantida também ao longo de 2021. O HMDCC tem perfil de atenção em urgência e emergência clínica, cirúrgica e AVC com atendimento referenciado e regulado pela Central de Internação. É referência para a Rede SUS-BH e para o Estado no atendimento de alta complexidade em diversas especialidades. Em 2019 o projeto foi premiado na 3ª edição do PPP Awards como “Projeto do Ano”⁷. Esta PPP também conta com a garantia parcial pela PBH Ativos na operação.

II - Ainda na área da saúde, a PPP da Atenção Primária (PPP da UBS) consiste num contrato de concessão administrativa para a prestação de serviços não assistenciais de apoio e infraestrutura a rede de atenção primária à saúde, precedida de obras de reconstrução e construção de novas unidades. Trata-se de importante iniciativa do Município de Belo Horizonte que utiliza a Estratégia Saúde da Família como modelo assistencial da Atenção Primária à Saúde (APS). O Centro de Saúde é a principal porta de entrada do usuário no Sistema de Saúde e coordenador do cuidado no território. A APS é orientada pelos princípios do SUS e diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica à Saúde, que são: universalidade, acessibilidade, vínculo, continuidade do cuidado, integralidade da atenção, responsabilização, humanização, equidade e participação social. Esta PPP foi viabilizada contando com a PBH Ativos como garantidora da operação, sendo que está prevista para o ano de 2022 a revisão contratual da Parceria Público Privada para a inclusão de 10 novas Unidades Básicas de Saúde, além de nova Central de Material e Esterilização (CME) e Laboratório.

c) Limpeza urbana

A PBH Ativos atualmente está modelando a concessão administrativa para a contratação de parceria público privada destinada à prestação de serviços públicos de limpeza urbana, o que inclui a coleta domiciliar, a coleta seletiva, a limpeza de vias e logradouros públicos, a capina, poda e supressão de árvores, dentre outros serviços específicos de limpeza urbana. Considerando a autorização legislativa para a concessão, disposta na Lei nº 11.286, de 15 de

⁶ Outras informações disponíveis em: <http://www.hmdcc.com.br/estrutura/>

⁷ Disponível em: <https://pppawards.com.br/edicao-2018/>

março de 2021, a expectativa é que a modelagem esteja concluída ao final de 2022, possibilitando ao Município a obtenção de ganhos de escala e escopo na execução dos serviços, com a incorporação de inovações tecnológicas e investimentos do setor privado no intuito de garantir melhorias da qualidade ambiental e da qualidade de vida da população.

d) Infraestrutura

I - Belo Horizonte é a primeira capital do país a operacionalizar um contrato de PPP de Iluminação Pública⁸, cuja modelagem final econômico-financeira e jurídica foi realizada pela PBH Ativos. O projeto possibilitou a substituição de 182 mil pontos de luz da cidade por luminárias LED. A modernização é apenas um dos objetivos do projeto da PPP de Iluminação Pública motivado pela resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que passou para os municípios a gestão e manutenção dos ativos de iluminação pública. Em maio de 2017, foi dada a ordem de serviço para o início da substituição das luminárias de vapor de sódio por novas luminárias de LED. Ao menos 20% das luminárias são dotadas do sistema de telegestão, que permite o monitoramento pelo centro de controle operacional da concessionária, possibilitando a imediata identificação de falhas e, ainda, a incorporação de tecnologias, como internet wi-fi e câmeras, entre outras, alinhadas com o conceito de Smart Cities (Cidades Inteligentes). O Município de Belo Horizonte está economizando aproximadamente R\$ 38,2 milhões por ano na conta de energia elétrica a partir da implantação da PPP⁹. Espera-se para o ano de 2022 a revisão do contrato visando a ampliação das luminárias em atendimento à expansão do serviço de iluminação pública.

II - O projeto das Energias Renováveis, por sua vez, busca a utilização de energia fotovoltaica pela Administração Pública por meio de locação de Sistemas de Geração Distribuída (SGD). A meta é que os parceiros privados sejam os responsáveis pelo investimento, operação e manutenção das usinas durante todo o período do contrato e os pagamentos condicionados à qualidade dos serviços prestados. Há uma expectativa de economia de, no mínimo, 30% nas despesas de energia elétrica das unidades consumidoras de baixa tensão. Para o ano de 2022 a expectativa é pelo início do atendimento a toda rede de ensino do município e contratação dos Sistemas de Geração Distribuída para atendimento da rede municipal de saúde.

e) Gastronomia e cultura

O PMI dos Mercados Municipais¹⁰ teve como objetivo identificar oportunidades para o desenvolvimento econômico, social e sustentável e que propiciasse a recuperação dos mercados como ponto de convivência para a comunidade. Através dos estudos recebidos e diretrizes do Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto Municipal nº 16.726/2017, a modelagem da concessão contemplou quatro equipamentos municipais sendo, Mercado Distrital de Santa Tereza e Feira Coberta do Padre Eustáquio em uma licitação e, Mercado Distrital do Cruzeiro e Central de Abastecimento Municipal (Feira Coberta do bairro São

⁸ Outras informações disponíveis em: <http://pbhativos.com.br/concessoes-e-ppps-2/ppp-iluminacao-publica-2/> e <http://www.bhip.com.br/home/>

⁹ Fonte: Departamento de Iluminação Pública da Sudecap, em 17/02/2022

¹⁰ Informações disponíveis em: <http://pbhativos.com.br/pmi-mercados-municipais/>

Paulo), em outra. A modelagem final, que engloba a modelagem econômico-financeira e a modelagem jurídica da PBH Ativos, bem como as licitações para a concessão dos mercados, foram concluídas, incluindo ainda como contrapartida a construção de um novo Centro Cultural no Bairro Padre Eustáquio. Para o ano de 2022 a expectativa é pela assinatura dos contratos e início das concessões.

f) Turismo

A PBH Ativos conduziu Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para a estruturação de projeto para requalificação, implantação, operação, manutenção e exploração comercial de equipamentos e serviços no Complexo da Pampulha, com vistas à valorização e fruição desse e ao desenvolvimento econômico, social e sustentável da área. Os estudos encontram-se em fase de análise cuja conclusão deverá ocorrer ao longo do exercício de 2022, com a conclusão da modelagem econômico-financeira e jurídica da concessão. As diretrizes priorizam o desenvolvimento econômico, social e sustentável da região e a expectativa é que, acaso a Administração Pública entenda pela concessão, será apresentado um projeto de lei à Câmara Municipal cuja aprovação possibilitará contrapartidas sociais e em obras de infraestrutura, além de outorga financeira para o Município de Belo Horizonte, incremento da arrecadação de impostos sobre serviços e desoneração de despesas públicas correntes. A iniciativa constitui importante etapa de reconhecimento e valorização da Orla da Pampulha como um patrimônio que merece ser preservado.

g) Serviços cemiteriais

O PMI dos Cemitérios Municipais¹¹ teve como objetivo obter estudos de modelagem operacional, econômico-financeira e jurídica, com a finalidade de auxiliar a Administração Pública Municipal na estruturação de projetos de possível concessão de serviços cemiteriais. Com o recebimento dos estudos do setor privado, a modelagem final pela PBH Ativos está sendo desenvolvida. A expectativa é que, acaso a Administração Pública entenda pela concessão, um projeto de lei será apresentado à Câmara Municipal a fim de que os Cemitérios da Paz, da Saudade, Bonfim, Consolação e a Capela Velório do Barreiro sejam modernizados, revitalizados e contemplados com um incremento na gestão, possibilitando outorga financeira para o Município de Belo Horizonte, incremento da arrecadação de impostos sobre serviços e desoneração de despesas públicas correntes.

h) Lazer

O projeto de concessão à iniciativa privada de áreas no interior do Parque das Mangabeiras abrange a requalificação e gestão de diversas áreas, incluindo o Edifício de Apoio, o Parque Esportivo, a Ciranda de Brinquedos e o Estacionamento, possibilitando maior oferta de serviços de apoio (alimentação, banheiros, lojas etc.) e de práticas esportivas, além de significativa melhoria da infraestrutura destas áreas. Em 2021 foi realizada a consulta pública para a concessão, sendo que a licitação está prevista para o primeiro trimestre de 2022, com investimentos privados da ordem de R\$6 milhões.

i) Esporte

¹¹ Informações disponíveis em: http://pbhativos.com.br/cemiterios_municipais/

Na área de esporte, destacam-se as modelagens jurídica e econômico-financeira da PBH Ativos para a concessão de uso de campos de futebol. O modelo proporciona a completa requalificação dos campos, com instalação de grama sintética, reforma de vestiários e melhoria do sistema de iluminação, além de gerar economia para o Município de Belo Horizonte na medida em que as despesas com água e esgoto, energia elétrica e segurança passam a ser de responsabilidade do concessionário. O acesso à comunidade é garantido com o uso dos espaços nos horários reservados pelo Município para atividades sociais.

6. Comentários dos administradores

A PBH Ativos desempenha um importante papel no Município de Belo Horizonte viabilizando projetos de grande impacto para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar de todos os munícipes, uma vez que compete à Empresa:

- auxiliar o Município em projetos de concessão ou de parceria público-privada, podendo, para tanto, dar garantias ou assumir obrigações;
- licitar ou realizar obras mediante celebração de convênio ou contrato com órgãos ou entidades da Administração Direta ou Indireta do Município;
- auxiliar, gerenciar ou realizar obras licitadas por outros órgãos ou entidades da administração direta e indireta do Município;
- captar recursos ou estruturar operações que possibilitem a quitação, o refinanciamento e, dentre outros, buscar a redução do montante ou a diminuição dos encargos da dívida pública do Município.

A empresa apoia o Município também na gestão das parcerias em andamento, sendo ainda Secretária Executiva do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas – CGP, nos termos do Decreto Municipal nº 16.694/2017.

Quanto aos projetos de novas concessões e parcerias do Município de Belo Horizonte, a PBH Ativos auxilia em sua estruturação jurídica e econômico-financeira, sendo contratada ou conveniada para tanto, nos termos do parágrafo único do artigo 2º da Lei Municipal n. 10.003/2010.

Os ganhos experimentados pela população com o trabalho desenvolvido pela Empresa reforçam e consolidam a importância e aderência do objeto social da Companhia com os objetivos perseguidos pela Administração Pública municipal.

A Administração entende, ainda, que é imprescindível considerar o cenário atual de pandemia do COVID-19, que permeia a realidade da sociedade e da Empresa. Desde 2020, dado o avanço da pandemia, bem como com a preocupação do Município de Belo Horizonte com a administração de serviços públicos essenciais, especialmente voltados à área da saúde, a PBH Ativos permaneceu firme em seu propósito e as metas estabelecidas para o ano foram plenamente atendidas.

A PBH Ativos reforça seu objetivo de, em 2022 fortalecer seu compromisso com o Município de Belo Horizonte desenvolvendo as atividades estabelecidas em seu objeto social com excelência, inovação e eficiência, ferramentas importantes para o desenvolvimento sustentável de Belo Horizonte.

A expectativa é a de manter a boa atuação durante todo o ano e nos próximos exercícios, sempre com amparo em seus valores: ética, comprometimento, excelência, inovação,

governança e transparência.

7. Estruturas de controles internos e gerenciamento de riscos

A administração da PBH Ativos é responsável por estabelecer e manter um ambiente de controles internos adequado.

Enquanto sociedade anônima de capital fechado integrante da Administração Indireta, a companhia é submetida à legislação pertinente e às imposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia atua no sentido de atender às melhores práticas de governança corporativa, o que inclui o compromisso com a transparência¹², que orientam a gestão e os empregados.

Quanto a gestão dos riscos na PBH Ativos, o principal objetivo é a redução da materialização de eventos que possam vir a impactar negativamente os objetivos estratégicos e a perenidade da Empresa.

A Política de Gestão de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração define o apetite da Companhia ao risco, sendo para tanto elaborada matriz e plano de ação, voltados ao tratamento dos riscos verificados. Durante o ano de 2021 ocorreu o monitoramento e acompanhamento do plano de ações, considerando a mutabilidade natural da matriz da Companhia. Em 2022 será dada a continuidade ao monitoramento e acompanhamento do plano de ações.

Na rotina operacional da Companhia, cada unidade procede aos seus controles internos, podendo citar: contratos e convênios, processos judiciais, pagamentos e outros. A gestão administrativa, contábil e financeira da PBH Ativos é executada por meio de Sistema de Gestão Integrado, garantindo maior segurança e controle nas rotinas operacionais.

8. Fatores de Risco

Os riscos identificados pela PBH Ativos são considerados nas questões estratégicas institucionais, e operacionais. Uma vez identificados, são analisados e tratados.

Os riscos institucionais e que merecem destaque são regularmente submetidos ao Conselho de Administração. O de maior relevância envolve a análise da perenidade da Companhia, tendo em vista o término da operação de securitização em 2023, sendo o principal objetivo celebrar novos negócios.

9. Remuneração

A remuneração dos empregados e Administradores da sociedade é norteadá pela remuneração aplicada aos agentes públicos e empregados do Município de Belo Horizonte, não obstante, conforme já explicitado, a Empresa ser independente do Tesouro Municipal, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei Municipal nº 10.003/2010.

¹² Informações disponíveis em: <http://pbhativos.com.br/governanca-corporativa/politicas/>

A remuneração dos empregados observa, ainda, acordo e/ou convenções coletivas de trabalho celebradas anualmente, bem como, as regras legais de cessão de servidores.

A Assembleia Geral fixa a remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria, do Conselho Fiscal. Já o Conselho de Administração fixa a Política de Gestão de Pessoas, aprova concursos, o quadro de pessoal e as tabelas de remuneração dos empregados. Isso em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/1964 e 13.303/2016, bem com o §1º do art. 11 da Lei Municipal n 10.003/2010.

O regime de trabalho dos empregados é celetista, sendo assegurado aos Diretores eleitos Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, gratificação natalina, férias, inclusive indenizadas e eventuais benefícios, como vale-refeição ou alimentação, nos termos da lei, sujeito ainda ao recolhimento previdenciário, nos termos Estatutários.

A remuneração dos administradores, conselheiros fiscais e empregados são divulgadas no site institucional¹³.

10. Outras informações relevantes sobre objetivos de políticas públicas

É relevante destacar que a PBH Ativos, enquanto empresa estatal, não tem competência direta para executar políticas públicas. Conforme sua lei de criação, Lei Municipal nº 103.003/2010, auxilia a Administração Pública, observando ainda o estabelecido no Contrato de Metas e Desempenhos celebrado com o Município de Belo Horizonte, ou conforme a prestação de serviços a órgãos, entidades e empresas estatais da administração direta e indireta nos termos do Decreto Municipal nº 16.950/2018, que regulamentou o inciso XII do art. 2º da citada Lei.

¹³ Informações disponíveis em: <http://pbhativos.com.br/transparencia/remuneracao-de-colaboradores/>

CAPÍTULO II DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

1. Atividades desenvolvidas

A PBH Ativos é a empresa que tem, como função precípua, viabilizar políticas públicas da Administração Pública, desenvolvendo, principalmente, as seguintes atividades:

- a) estruturar e gerir a operação de securitização de recebíveis para o Município;
- b) realizar estudos de modelagem de projetos;
- c) constituir garantias nos contratos de parcerias público-privadas assinados pela Administração Pública Municipal, nos termos da Lei Federal nº 11.079/2004.

Como resultado das atividades desenvolvidas, as Receitas Operacionais foram contabilizadas como resultado dos trabalhos desenvolvidos pela Companhia, conforme demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021, que totalizaram R\$40,8 milhões, em decorrência principalmente da atualização do saldo devedor dos créditos a receber no longo prazo da Companhia. As Receitas Financeiras Líquidas totalizaram R\$10,5 milhões, no mesmo período, e decorrem basicamente de aplicações financeiras. Já o Lucro Líquido apurado foi de R\$25,6 milhões¹⁴.

2. Estrutura de controles internos e gerenciamento de risco

As questões estratégicas concernentes ao processo de gestão de riscos corporativos são de competência do Conselho de Administração, que é o órgão responsável por definir o nível de apetite ao risco na condução dos negócios, implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos institucionais e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a Sociedade, em conformidade com a Política de Gestão de Riscos.

A Diretoria, por sua vez, propõe ao Conselho de Administração o nível de apetite ao risco da Empresa, sempre comprometida com a implementação das estratégias e diretrizes da Sociedade respeitando as melhores práticas de governança corporativa e políticas internas, patrocinando, ainda, a implantação da gestão de riscos operacionais da sociedade alocando recursos necessários às atividades de gerenciamento de riscos.

As ações da alta administração ainda são fiscalizadas pelo Conselho Fiscal, nos termos da Lei Federal 6.404/1976 e Estatuto.

A Companhia conta com auditoria independente¹⁵, contratada mediante licitação que realiza o acompanhamento da gestão e a auditoria do balanço semestralmente.

Em sua rotina operacional, cada unidade da Empresa possui controles internos, podendo citar: contratos e convênios, processos judiciais, pagamentos e outros.

¹⁴ Dados da Gerência Contábil.

¹⁵ Atualmente contratado: Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S

No âmbito do controle externo, a PBH Ativos participa de audiência pública, anualmente, perante as Comissões de Administração Pública ou Orçamento e Finanças Públicas da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Além disso, a Secretaria Municipal de Fazenda, órgão ao qual a PBH Ativos está tecnicamente vinculada, a Controladoria Geral do Município e o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais procedem à fiscalização pontual das atividades da Empresa, sempre que entendem necessário.

3. Fatores de risco

No desenvolvimento de suas atividades a PBH Ativos identificou como principais riscos institucionais os vinculados à performance financeira, à gestão das parcerias, às demandas judiciais e à integridade.

4. Dados econômico-financeiros e comentários sobre o desempenho

O Conselho de Administração entende que a PBH Ativos vem atuando satisfatoriamente, com propriedade técnica, na consecução dos seus objetivos sociais, considerando, em especial:

a) Securitização: o quadro atual da operação de securitização pode ser assim resumido¹⁶⁻¹⁷:

POSIÇÃO DEBÊNTURES EM 31/12/2021			
DEBÊNTURES SUBORDINADAS		DEBÊNTURES DE MERCADO	
TOTAL EMISSÃO	880.320.000,00	TOTAL EMISSÃO	230.000.000,00
VALOR AMORTIZADO	844.259.840,51	VALOR AMORTIZADO	263.576.933,42
		VALOR JUROS PAGOS	65.015.379,25
SALDO DEVEDOR	213.716.790,33	SALDO DEVEDOR	0,00

b) Garantias nas PPPs: a PBH Ativos garante os contratos de concessão administrativa da Educação, do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro e da Atenção Primária, nos valores¹⁸ de R\$6.959.661,11, R\$114.633.397,69 e R\$23.270.711,96, respectivamente;

c) Modelagem de projetos: realizada em conformidade com o Contrato de Metas 2021 celebrado com o Município, oportunidade em que a empresa é ressarcida pelos trabalhos desenvolvidos cuja metodologia de cobrança foi deliberada pelo Conselho de Administração.

¹⁶ Dados de 15/02/2022, conforme Gerência Financeira.

¹⁷ R\$4.855.538,32, desde 07/2020, estão depositados em conta apartada conforme decisão cautelar do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Representação n. 1024572 (apensa 1031793).

¹⁸ Dados de 15/02/2022, conforme Gerência Financeira.

5. Políticas e práticas de governança corporativa

Em atenção às boas práticas de governança corporativa, a PBH Ativos observa uma série de políticas, aplicáveis conforme o enquadramento da Companhia em estatal de maior ou de menor porte¹⁹:

- a) Código de Conduta Ética e de Integridade (revisado em 2021)
- b) Política de Classificação de Informações
- c) Política de Distribuição de Dividendos
- d) Política de Gestão de Pessoas
- e) Política de Gestão de Riscos
- f) Política de Integridade e Anticorrupção
- g) Política de Porta Vozes
- h) Política de Divulgação de Informações
- i) Política de Transação com Partes Relacionadas (revisada em 2021)
- j) Política de Indicação e Avaliação (revisada em 2021)
- k) Programa de Integridade
- l) Política de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Além disso, são observados os Regimentos da Diretoria Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal que aprimoram o funcionamento dessas instâncias. Outros instrumentos basilares de atuação da PBH Ativos são o Estatuto e o Regimento Interno (revisado em 2022).

O Código de Conduta Ética e de Integridade da PBH Ativos estabelece os princípios e normas de conduta aplicáveis aos agentes vinculados de qualquer forma e período à PBH Ativos, com o objetivo de disseminar valores éticos, de lisura e integridade, inclusive à alta administração. O instrumento apresenta, de forma pormenorizada, as regras, recomendações, condutas vedadas, penalidades e forma de apuração de possíveis atos contrários aos valores da Companhia, em estrito alinhamento com a Nova Lei do Regime Disciplinar, Lei Municipal n. 11.300/2021.

Observa-se, ainda, atenção para com os canais de denúncia e preocupação da Companhia com a proteção do anonimato, bem como, com mecanismos que impeçam qualquer espécie de retaliação ao possível denunciante. Até a data de assinatura desta, não foram observadas denúncias pelos canais da companhia.

Todas essas políticas e ações prezam pela transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa, que são princípios basilares para a governança da PBH Ativos.

6. Descrição da composição e da remuneração da administração

Como já ressaltado, a remuneração dos Administradores da sociedade é norteadada pela remuneração aplicada aos agentes públicos do Município de Belo Horizonte, não obstante a Empresa ser independente do Tesouro Municipal, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei Municipal n° 10.003/2010.

¹⁹ Informações disponíveis em: <http://pbhativos.com.br/governanca-corporativa/politicas/>

A Assembleia Geral fixa a remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria, do Conselho Fiscal. Já o Conselho de Administração fixa a Política de Gestão de Pessoas, aprova concursos, o quadro de pessoal e as tabelas de remuneração dos empregados. Isso em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/1964 e 13.303/2016, bem com o §1º do art. 11 da Lei Municipal n 10.003/2010.

É assegurado aos Diretores eleitos o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, gratificação natalina, férias, inclusive indenizadas e eventuais benefícios, como vale-refeição ou alimentação, nos termos da lei, sujeito ainda ao recolhimento previdenciário, nos termos Estatutários.

Belo Horizonte, 21 de março de 2022.

Pedro Meneguetti
Diretor Presidente

Soraya de Fátima Mourthé Marques Lage
Diretora Executiva

Balanços Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais mil)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020		Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	102.279	67.847	Debêntures	12	52.881	62.663
Aplicações vinculadas	8	5.016	3.179	Fornecedores		50	58
Créditos a receber	5	52.995	65.774	Impostos e obrigações a recolher	13	375	1.148
Impostos a recuperar	6	406	1.703	Salários, remunerações e encargos sociais	14	347	341
Outros ativos		2	3	Provisões trabalhistas	15	302	319
		160.698	138.506	Outros passivos		67	28
						54.022	64.557
Não circulante				Não circulante			
Créditos a receber	5	360.705	413.007	Debêntures	12	165.852	198.350
Depósitos judiciais	7	21.787	18.288	Garantias e cauções passivas	9.2	5	13
Aplicações vinculadas	8	-	6.556	Tributos diferidos	21.2	66.405	71.076
Garantias e cauções	9	144.864	147.746	Contingência fiscal	7	21.787	18.288
Créditos fiscais	22.3	13.335	16.027			254.049	287.727
Bens destinados à venda	10	10.010	10.010	Patrimônio social			
Imobilizado	11	29.656	29.576	Capital social	16.1	284.280	284.280
Intangível		-	2	Reserva de lucros	16.2	148.704	143.154
		580.357	641.212			432.984	427.434
Total do ativo		741.055	779.718	Total do passivo e patrimônio líquido		741.055	779.718

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Receitas	17	40.705	43.686
Custos	18	(11.628)	(14.267)
Lucro bruto		29.077	29.419
Despesas com pessoal		(3.510)	(3.324)
Despesas administrativas		(3.247)	(3.397)
Despesas tributárias	19	(3.736)	(3.471)
Atualização monetária (correção saldo negativo de IRRF)	20	(11)	241
Outras receitas e despesas operacionais		761	659
		(9.743)	(9.292)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		19.334	20.127
Receitas financeiras		10.814	5.105
Despesas Financeiras	21	(318)	(142)
Receitas financeiras líquidas		10.496	4.963
Resultado antes dos impostos		29.830	25.090
Imposto de Renda e CSLL	22	(6.259)	(8.049)
Provisão Imposto diferidos	22.2	4.671	2.081
Reversão crédito fiscal sobre compensação de prejuízo	22.3	(2.692)	(3.461)
		(4.280)	(9.429)
Lucro líquido do Exercício		25.550	15.661
Lucro líquido do Exercício por ação		0,78	0,48

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	25.550	15.661
Outros resultados	-	-
Resultado abrangente do período	<u>25.550</u>	<u>15.661</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Valores expressos em milhares de Reais)**

	Reservas de lucros			Lucros líquidos/(prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Lucros a destinar		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	284.280	8.234	119.259	-	411.773
Lucro líquido do exercício	-	-	-	15.661	15.661
Transferências para reservas	-	783	14.878	(15.661)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	284.280	9.017	134.137	-	427.434
Lucro líquido do exercício	-	-	-	25.550	25.550
Transferências para reservas	-	1.278	24.272	(25.550)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	(20.000)	-	(20.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	284.280	10.295	138.409	-	432.984

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	25.550	15.661
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	37	41
Varição monetária líquida	(22.613)	(19.603)
Custo de captação amortizado	5	31
Despesas de juros	24	510
Provisão de Impostos diferidos	(4.671)	(2.081)
Provisão para contingências	3.499	3.244
Créditos fiscais	2.692	3.461
Juros reconhecidos sobre créditos a receber	(6.374)	(9.248)
	<u>(1.851)</u>	<u>(7.984)</u>
Aumento líquido/(redução) nos ativos		
Recebimento de créditos	105.284	111.229
Impostos a recuperar	1.297	1.239
Aplicações vinculadas	(1.837)	(3.179)
Outros Ativos Circulantes	1	29
Créditos a receber	513	(224)
Realizável a Longo Prazo	5.939	(24.442)
	<u>111.197</u>	<u>84.652</u>
Aumento líquido/(redução) nos passivos		
Fornecedores	(8)	2
Impostos e Obrigações a recolher	(773)	169
Obrigações sociais e trabalhistas	6	13
Provisões trabalhistas	(17)	62
Garantias contratuais	(8)	-
Outros Passivos	67	3
	<u>(733)</u>	<u>249</u>
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	<u>108.613</u>	<u>76.917</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição imobilizado/intangíveis	(115)	(2)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(115)</u>	<u>(2)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	(20.000)	-
Amortização de debêntures	(54.066)	(75.317)
Juros pagos sobre debêntures	-	(2.755)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamentos	<u>(74.066)</u>	<u>(78.072)</u>
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>34.432</u>	<u>(1.157)</u>
Caixas e equivalentes no início do exercício	67.847	69.004
Caixas e equivalentes no final do exercício	102.279	67.847
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>34.432</u>	<u>(1.157)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A PBH Ativos é uma sociedade de economia mista registrada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, constituída em 29 de março de 2011, com prazo de duração indeterminado, detendo o Município de Belo Horizonte/MG a quase totalidade de suas ações, tendo como objetivo, principalmente, titular, administrar e explorar economicamente ativos municipais; auxiliar o Tesouro Municipal na captação de recursos financeiros; auxiliar o município na realização de investimentos em geral e em projetos de concessão ou parceria público privada, podendo para tanto dar garantias ou assumir obrigações; licitar ou realizar obras mediante convênio ou contrato com órgãos ou entidades da Administração Pública Indireta do Município.

1.1 COVID-19

O segundo ano seguido de pandemia manteve a economia brasileira em ritmo lento e coube, mais uma vez, a Administração agir nas medidas de prevenção para auxiliar no controle da disseminação do coronavírus (Covid-19), reforçando os protocolos de higiene, propagando informações sobre o tema em seus canais de comunicação internos e seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), a garantia da continuidade das operações e a manutenção de empregos.

Em aspecto econômico, a PBH Ativos fortaleceu a sua liquidez financeira a curto prazo, como esclarecido no quadro 01 das demonstrações contábeis e nas notas explicativa nº 2.5, 4, 5 e 12, mesmo diante da inadimplência da carteira de direitos de crédito autônomos.

Em aspecto operacional, a PBH Ativos completou mais um ano de execução de suas atividades por meio de teletrabalho como forma de proteger a saúde de seus empregados, mantendo as suas atividades administrativas e operacionais em pleno funcionamento. A dedicação e empenho dos seus colaboradores está sendo primordial para o alcance e sua natureza funcional, como destacado no relatório da administração.

O resultado financeiro líquido aumentou (vide nota explicativa 21) em comparativo ao ano e 2020, em razão o aumento de recursos em aplicações financeiras e controle de recursos mantidos em aplicações financeiras, em fundos lastreados às taxas CDI/SELIC.

Nesse contexto, até o presente momento, a Administração da Companhia não identificou impactos significativos em suas operações, mantendo a sua previsão

orçamentária para 2022 uma geração de caixa livre de R\$ 10,4 milhões.

1.2 Suspensão de pagamentos das debêntures emitidas pela PBH Ativos, por decisão do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE/MG

A Representação nº 1.024.572 foi interposta em outubro de 2017 em face do Município de Belo Horizonte e da PBH Ativos S.A., em razão de supostas irregularidades relacionadas ao processo de emissão de debêntures e ao procedimento de captação de recursos via emissão de debêntures.

Alega-se a existência de indícios de que a taxa de remuneração das debêntures de mercado emitidas pela PBH Ativos S.A. em abril de 2014, adquiridas, em sua integralidade, pelo Banco BTG Pactual, teria sido fixada em desconformidade com as condições de mercado vigentes à época da realização da operação, o que poderia, caso confirmado, ter ensejado danos ao erário.

Em razão disso, em sede de exame liminar, o Relator do referido processo determinou a adoção de medida cautelar, para que os valores relativos à amortização das debêntures de mercado não fossem pagos diretamente aos debenturistas, mas depositados em conta apartada, com aplicação financeira com liquidez diária, de acordo com o prazo do cronograma de amortização da operação, até a emissão de uma decisão de mérito pela Corte de Contas.

O Tribunal Pleno do TCE-MG referendou a medida cautelar determinada pelo Relator e destacou, na ementa do Acórdão proferido em 17 de junho de 2020, que o depósito da verba em conta bancária específica, mediante aplicação financeira com liquidez diária, tem o condão, além de resguardar o erário, de proteger os debenturistas de mercado, no caso de a decisão de mérito ser contrária ao entendimento do provimento cautelar.

Na oportunidade, a Corte de Contas destacou que a concessão da medida não representa declaração de ilegalidade ou invalidade de quaisquer dos contratos relacionados à emissão das debêntures pela PBH Ativos, o que afastou a possibilidade de o Agente Fiduciário (Pentágono S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários) declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às debêntures com garantia real.

Nesse contexto, destaca-se que a referida decisão proibiu que o Banco Centralizador (Banco do Brasil S/A) e o Agente Fiduciário interrompessem qualquer transferência para a conta de livre movimentação e que retivessem valores das contas vinculadas, permanecendo a amortização das debêntures subordinadas sem qualquer impacto.

Cabe mencionar que, embora em razão das medidas cautelares determinadas pelo TCE/MG o Rating Nacional de Longo Prazo da segunda emissão de debêntures seniores da PBH Ativos tenha sido rebaixado em 18/08/2020, a operação contava à época com 10 parcelas a vencer, até abril/2021, incluída a parcela de julho/2020 e o saldo residual em 15/07/2020 era de R\$ 4.572 mil incluída a parcela de julho/2020. Desde a decisão, o agente fiduciário não realizou nenhuma amortização das debêntures, mesmo que a operação contasse com recursos suficientes para a sua quitação integral.

Os autos do processo administrativo em tela se encontram conclusos ao Relator, que irá analisar os relatórios técnicos, as manifestações do Ministério Público de Contas, as defesas apresentadas e demais provas e documentos que compõe os autos, para, em sede de exame meritório, elaborar sua proposta de voto, que será submetida à apreciação e deliberação pelo Tribunal Pleno do TCE-MG.

Em 18/04/2021, a Fitch retirou o Rating Nacional de Longo Prazo ‘Dsf(bra)’ da segunda emissão de debêntures da PBH Ativos, porque as debêntures, que estão em situação de inadimplência desde julho de 2020, atingiram seu vencimento final em 15 de abril de 2021 e não foram quitadas.

Ressalta-se que em abril de 2021 encerrou o contrato da operação de debêntures de 2ª emissão e que as parcelas devidas e não pagas ocorreram diante da Representação do TCE e da decisão cautelar de 18/09/2020. Em dezembro de 2021 o saldo devedor atualizado na conta 18.120-x é de R\$ 5 milhões (vide nota nº 8).

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, as disposições da legislação societária previstas na Lei 6.404/76 e alterações posteriores e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), implantadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) contemplando ainda, as disposições contidas nas normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

2.1. Aprovação das demonstrações contábeis

A emissão dessas Demonstrações Contábeis foi autorizada pela administração da PBH Ativos S.A. em 21 de março de 2022.

2.2. Base de mensuração

As presentes demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos principais ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e posteriormente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

2.3. Moeda funcional

As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas estão baseadas na experiência histórica e são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis serão reconhecidas no exercício em que as estimativas forem revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados, estão contemplados a seguir:

- ✓ Nota 5 - Contas a receber
- ✓ Nota 7 - Depósitos Judiciais, Contingências provisionadas e não provisionadas
- ✓ Nota 10 - Bens destinados à venda
- ✓ Nota 11 - Imobilizado
- ✓ Nota 22.2 - Provisão de IRPJ e CSLL sobre receita não realizada.
- ✓ Nota 22.3 -Créditos a compensar

2.5. Continuidade operacional

No cumprimento do seu objeto social, informa que as arrecadações provenientes da carteira do fluxo da COPASA, não sofreram impactos nos negócios da Companhia que compromettesse a garantia das PPP's a curto prazo e não há tendência de inadimplência a médio e longo prazo.

A tendência normal da Carteira de Direitos de Créditos Autônomos é reduzir substancialmente até 2023 quando se encerra a 1ª emissão as debêntures.

Em relação aos aspectos operacionais, a Companhia manteve as suas atividades em regime de teletrabalho e buscando atender o seu objeto social, que é a prestação de serviços de excelência à Administração Pública, oferecendo suporte técnico para a análise de viabilidade econômico-financeira e jurídica para projetos de concessão e Parcerias Público-privadas, por meio de soluções integradas, sempre comprometida com o crescimento econômico sustentável.

Negociação com fornecedores e prestadores de serviços: a Companhia abriu uma frente de negociação de pagamentos com seus principais fornecedores e de redução de despesas com seus prestadores de serviços.

Os principais projetos que possibilitam à Administração Direta e Indireta do Município de Belo Horizonte executar políticas públicas e eficazes estão divulgados no site da PBH Ativos, cujo volume de negócios está atrelado aos critérios de oportunidade e conveniência do Executivo.

Ainda em conformidade com o cronograma aprovado pelo Conselho de Administração, a Companhia efetua os pagamentos do principal e da correção monetária das Debêntures Subordinadas, gerando ao tesouro municipal recursos para investimentos nas necessidades da população. Esta operação tem vencimento previsto conforme cronogramas que vêm sendo informados com equidade aos seus acionistas.

Embora a Companhia tenha apresentado um resultado ajustado negativo de 1.851 mil (Em 2020 - R\$ 7.984 mil), por meio de exclusão dos efeitos que não afetam a geração de caixa da Companhia como demonstrado no Fluxo de Caixa (**Quadro 5**), houve uma melhoria significativa fruto da manutenção da despesa com pessoal e administrativa, aumento do lucro líquido e dos rendimentos financeiros líquidos e redução do lucro tributável. A posição do caixa líquido aumentou de R\$ 1,2 milhões de geração de caixa negativo em 2020 para R\$ 34,4 milhões de geração de caixa positivo para o ano de 2021 (**Fluxo de Caixa - Quadro 5**).

Nesse contexto, a PBH Ativos realiza, periodicamente, análise de liquidez da Companhia, com base nas informações financeiras e destaca que em 31/12/2021 há recursos financeiros suficiente para o cumprimento das obrigações de curto e de longo prazo.

Com base nos fatos, esforços e circunstâncias existentes nesta data, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Regime de competência

A Companhia adota o regime de competência para registro de suas transações.

3.2. Ajuste a valor presente (AVP)

Permite a correção de julgamento acerca de eventos passados já registrados e traz melhorias na forma pela qual eventos presentes são reconhecidos.

No período apresentado, a Companhia não apresentou ajustes significativos em suas demonstrações contábeis.

3.3. Ajuste a valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros está avaliado pelo montante em que cada instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre as partes dispostas, com exceção de uma venda forçada ou liquidação.

3.4. Ajuste a valor recuperável de ativos

Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia deve avaliar se há indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos perderam representatividade econômica relevante. Se houver, a Companhia deve efetuar avaliação e reconhecer contabilmente eventuais desvalorizações.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não apresentou perdas

significativas em seus ativos ou conjunto de ativos.

3.5. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa a curto prazo, e não para investimentos ou outros afins.

São fundos de investimentos de aplicações que acompanham a variação do CDI.

Compreendem saldos de caixa e aplicações financeiras de renda fixa com rentabilidade diária e sem carência para resgate, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo.

3.6. Créditos e/ou títulos a receber

Os créditos e/ou títulos a receber são representados pelas seguintes operações:

a) Créditos COPASA a receber

Correspondem a créditos financeiros perante a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, inicialmente detidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PMBH) e que foram utilizados pela mesma para integralização de aumento de capital na PBH Ativos, passando está a deter os direitos sobre os citados créditos (nota 5.1).

b) Direitos creditórios a receber

Correspondem a valores relativos à integralização das debêntures emitidas em 1º de abril de 2014 pela Companhia, as quais foram totalmente subscritas pelo Município de Belo Horizonte, que, através da Lei Municipal nº 10.003 e da Lei Municipal 7.932 de 30 de dezembro de 1999, foi autorizado a ceder créditos autônomos para recebimento do fluxo de pagamentos decorrentes dos créditos tributários ou não tributários, vencidos e parcelados pelo contribuinte, que se encontram ou não inscritos em dívida ativa do Município (nota 5.2).

3.7. Ativo não circulante

Compreende os valores cuja realização acontecerá após 12 (doze) meses da data do balanço patrimonial. Além disso, representa grupos de contas e aplicações financeiras destinadas a cauções e garantias dadas pela PBH Ativos em contratos de Parcerias Público-Privadas do Município de Belo

Horizonte, nos termos da Lei Federal nº 11.079/2004.

3.8. Bens destinados à venda e/ou negociações

Correspondem a terrenos, adquiridos em abril de 2012, em processo de permuta por outros imóveis com o Município de Belo Horizonte (nota 10).

3.9. Ativo imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

a) Reconhecimento e mensuração

O imobilizado da Companhia composto por bens móveis está registrado inicialmente pelo custo de aquisição. Não ocorreram até o momento fatores que indiquem que a vida útil, valor residual ou mudança tecnológica desde a data de aquisição que possam levar à necessidade de mudança da estimativa contábil.

Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável.

Em 31 de dezembro de 2021 o teste de *impairment* foi realizado de acordo com a norma contábil CPC 01 (R1) pelo montante dos terrenos (nota 11) registrados no grupo de imobilizado e não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução dos ativos ao valor recuperável.

b) Depreciação

A depreciação é calculada sobre os valores depreciáveis, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual estimado baseando-se no método linear.

O percentual do valor residual e a vida útil estimada para cada grupo do imobilizado da Companhia, para o exercício findo em 31/12/2021, são os seguintes:

<u>Percentual depreciação</u>	<u>Vida útil (anos)</u>	<u>Taxa de depreciação (%)</u>
Máquinas e equipamentos	10 anos	10
Móveis e utensílios	10 anos	10
Computadores e Informática	5 anos	20

]

a) Reconhecimento e mensuração

Bens adquiridos e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. Estes ativos estão representados por programas (softwares) não customizados adquiridos pela Companhia.

3.10. Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3.11. Patrimônio líquido

O Patrimônio líquido compreende o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. Representa patrimônio líquido, resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial.

3.12. Apuração do resultado

O resultado é apurado em obediência ao regime contábil de competência de exercícios.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de caixa, bancos, numerários em trânsito e aplicações financeiras. Estão representados pelos valores de realização, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentam os seguintes valores:

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos		1	-
Aplicações financeiras	3.1	102.275	67.698
Numerários em trânsito	3.2	3	149
		102.279	67.847

4.1. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia são representadas por fundos de investimentos de liquidez e rentabilidade diárias, atrelados à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário “CDI”, com remuneração de aproximadamente 100% do CDI. As aplicações financeiras são mantidas no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal.

São gerenciados pela Companhia para cumprimento de seus compromissos de curto prazo.

4.2. Numerários em trânsito

Correspondem a valores reconhecidos no decorrer do exercício que ainda não integraram o saldo de bancos na conta corrente da empresa no fim do mês.

5. Créditos a receber

Os direitos e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original na data do balanço patrimonial. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultados.

O saldo a receber é originado das operações referentes aos direitos de créditos junto a Copasa MG e dos Direitos Autônomos de Recebimento de Créditos adquiridos do Município, e foram cedidos fiduciariamente para as garantias de PPP e para a operação de debêntures, respectivamente.

São tratados como mantidos até o vencimento considerando que não podem ser negociados no mercado face às suas naturezas e origens.

Os saldos em 31 de dezembro de 2021 estão assim apresentados:

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Contas a Receber		-	224
Copasa MG	51	21.617	19.532
Direitos Creditórios a Receber	5.2	31.378	46.018
Circulante		52.995	65.774
Copasa MG	5.1	196.605	197.235
Direitos Creditórios a Receber	5.2	164.100	215.772
Não circulante		360.705	413.007

5.1. Créditos COPASA MG a receber

Correspondem a créditos detidos pelo Município de Belo Horizonte/MG perante a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, transferidos para a PBH Ativos S/A a título de subscrição de capital social realizada em 29 de maio de 2012, com vencimento em junho de 2031.

Estes créditos são provenientes de instrumento contratual celebrado entre o Município de Belo Horizonte, a COPASA MG e a Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP) e do Termo de Reconhecimento de Dívida.

O saldo dos Créditos COPASA MG a Receber reflete as amortizações ocorridas e atualizações mensais (pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), são classificados conforme demonstrados no quadro a seguir:

	31/12/2020	Transferências	Atualização	Amortização	31/12/2021
Circulante	19.532	22.849	-	(20.764)	21.617
Não Circulante	197.235	(22.849)	22.219	-	196.605
Total	216.767	-	22.219	(20.764)	218.222

Estes créditos foram dados, pela PBH Ativos, como garantia em PPP's do Município, sendo que seu recebimento ocorre em contas bancárias gravadas de penhor em favor das concessionárias (nota explicativa nº9).

É importante ressaltar que o contas a receber do Fluxo da COPASA tem as suas parcelas adimplentes na data 31/12/2021, não comprometendo com o fluxo das garantias nos contratos de Parcerias Público-Privadas assinados pela Administração Pública Municipal.

**DESDOBRAMENTOS DO SALDO A RECEBER
CRÉDITOS COPASA MG**

Classificação	Saldos (R\$)
Até 12 meses	21.618
de 12 a 24 meses	21.618
de 24 a 36 meses	21.618
de 36 a 48 meses	21.618
de 48 a 60 meses	21.618
após 60 meses	110.132
Total	218.222

5.2. Direitos creditórios a receber

Provenientes da Cessão de Direitos de Créditos Autônomos realizada pelo Município de Belo Horizonte, em 01 de abril de 2014, e voltada para a subscrição integral de debêntures subordinadas, não conversíveis em ações, de forma privada, no valor nominal de R\$ 880.320 mil, com vencimento em maio de 2035.

Foram reconhecidos inicialmente pelo valor do principal do parcelamento acrescidos de atualização monetária, multa e juros até a data de cessão, 01 de abril 2014, e, subseqüentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros baseando no Fluxo de Recebimento de Parcelamentos Ativos e dos Juros, constante no contrato de cessão.

São atualizados em 1º de janeiro de cada ano pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, além de sofrer incidência, mensalmente, de juros de 1% ao mês sobre o valor do principal atualizado, de acordo com as legislações e resoluções fiscais aplicáveis aos créditos originários.

O Fluxo deixou de ser atribuído fiduciariamente aos debenturistas da segunda emissão (nota 12.2 e 12.5) em garantia real da operação, porque o contrato encerrou em abril de 2021, não existindo mais pagamentos vincendos.

Estão classificados em circulante e não circulante conforme demonstrado a seguir:

	Saldos em 31/12/2020	Transferências	Atualização	Amortização	Saldos em 31/12/2021
Dir. Creditórios a Receber	52.392	67.123		(84.519)	34.996
(-) Enc. Financ. a Realizar	(6.374)	(3.618)	6.374		(3.618)
Circulante	46.018	63.505	6.374	(84.519)	31.378
Dir. Creditórios a Receber	225.682	(67.123)	11.833	-	170.392
(-) Enc. Financ. a Realizar	(9.910)	3.618		-	(6.292)
Não Circulante	215.772	(63.505)	11.833	-	164.100
Total	261.790	-	18.207	(84.519)	195.478

Em 2021, houve recebimento de R\$ 84,5 milhões (R\$ 91,9 milhões em dezembro de 2020) do fluxo de direitos creditórios. A queda desses recebimentos já é uma tendência normal da Carteira de Direitos Creditórios Autônomos.

A carteira Ativa dos Direitos Creditórios Autônomos reduziu ao longo deste ano, o qual já era esperado pela Companhia, pois parte deste valor foi recebíveis, uma outra parte deixou de ser paga a mais de 90 dias e foi classificado como inadimplente/rompido e parte substancial dos parcelamentos foram quitados pelos contribuintes.

Em 2021 houve uma recuperação dos créditos inadimplentes que apresenta um saldo de R\$ 136,5 milhões (R\$ 171,5 milhões em dezembro em 2020).

Não é calculado a perda no valor recuperável da carteira dos Direitos creditórios, uma vez que o saldo da carteira de direitos de créditos autônomos, incluindo os parcelamentos inadimplentes, poderá ser utilizado para a quitação das Debêntures Subordinadas.

6. Impostos a recuperar

Referem-se a créditos de PIS/COFINS, INSS e Saldos Negativos de IRPJ e CSLL.

Os valores demonstrados em 31 de dezembro de 2021 estão destacados no quadro a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
INSS	1	1
PIS/COFINS/IRRF	367	17
Saldo Negativo IRPJ e CSLL	38	1.685
	<u>406</u>	<u>1.703</u>

A redução do saldo negativo refere-se à compensação desse crédito com os débitos fiscais durante o ano de 2021 (IRRF, IRPJ, CSLL e outros) por meio de (PER/DCOMP).

7. Depósitos judiciais e contingências fiscais

Através do Mandado de Segurança nº 0014187-35.2016.4.01.3800, distribuído em 14 de março de 2016, a Companhia contesta a validade do Decreto nº 8.426/15, que elevou de 0% para 4,65% a alíquota de incidência da Contribuição para PIS/COFINS sobre as receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa, requerendo, destarte, a declaração de inexistência da obrigação tributária.

Em 18 de março de 2016, foi concedido por meio de liminar o não recolhimento dos valores ao ente federativo, sendo determinada, em contrapartida, a realização dos depósitos dos valores em juízo.

O litígio foi classificado pelos seus assessores jurídicos como perda provável, diante da Denegação do Mandado de Segurança em 28 de agosto de 2018 e, desta forma, a Administração deliberou em constituir uma provisão de

contingência no mesmo montante do depósito judicial.

Assim, em 31 de dezembro de 2021, o valor do Passivo Contingente e dos depósitos judiciais atualizados corresponde ao importe de R\$ 21,8 milhões (R\$ 18,3 milhões em 31 de dezembro de 2020).

7.1 Contingências não provisionadas

Os processos da Companhia com grau de risco considerado pelos seus assessores jurídicos como possível, como destacado abaixo, não há provisão contábil em função de sua avaliação de risco e por conta da norma contábil CPC 25.

- **Mandado de Segurança - 1009059-46.2018.4.01.3800 (Natureza tributária)** - Trata-se de Mandado de Segurança em que a PBH ATIVOS pede a concessão da segurança para que reste reconhecido o seu direito de poder quitar débitos de IR e de CSLL sem a restrição introduzida pelo inciso IX do §3º do artigo 74 da Lei 9.430/1996, trazido pela Lei 13.670/2018, ou seja, podendo fazê-lo via compensação, tal qual autorizado antes do advento do referido diploma legal. O valor da causa estimado é de R\$ 9,3 milhões (Vide nota 13).
- **Ação Civil Pública - 5044155-98.2017.8.13.0024 - (Natureza Cível -** Trata-se de Ação Civil Pública. Apurar supostas irregularidades no que tange aos benefícios e ao recebimento de altos salários por parte dos agentes públicos vinculados a PBH ATIVOS S/A. sociedade de economia mista municipal, integrante da Administração Indireta Municipal. A PBH Ativos informa nos autos que foi aprovado o Plano de carreira, Cargo e Salário, bem como a realização de concurso público. O concurso foi homologado e as nomeações dos aprovados iniciadas desde 2019. O valor da causa é de R\$ 1.

O desfecho destas ações judiciais discutidos pela PBH Ativos em juízo é considerado pelos assessores jurídicos como perda possível.

O processo de identificação, classificação e avaliação de riscos dos processos judiciais é realizado pelos Assessores Jurídicos da Companhia com o acompanhamento, participação e monitoramento da Diretoria e do Conselho de Administração.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021
(Em Reais Mil)

8. Aplicações financeiras

Esse grupo é representado da seguinte posição:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aplicação financeira curto prazo (a)	5.016	3.179
Aplicação financeira longo prazo (a)	-	6.556
	<u>5.016</u>	<u>9.735</u>

- a) O valor da aplicação financeira de R\$ 5 milhões (R\$ 3,2 milhões em dezembro de 2020) está destinado ao pagamento das parcelas de amortizações a favor dos debenturistas de mercado que, no momento, está retido em uma conta vinculado do Banco do Brasil nº 18.120-X, por conta da decisão cautelar nos Autos de Representação nº 1.024.572, que tramita perante a 1ª Câmara do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE/MG). Vide notas 1.2 e 12.2.

A rentabilidade do Fundo dessa aplicação nos últimos 12 meses foi de 3,80% a.a

- b) O saldo excedente da conta vinculada PBH Ativos - UMEIS 3491-8 foi transferido para a conta 3792-5 e reclassificado para a conta de livre movimentação da PBH Ativos, registrado no curto prazo.

9. Garantias e cauções**9.1. Garantias e cauções classificadas no Ativo Não Circulante**

Representadas por contas aplicações financeiras em fundos de investimentos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal. Conforme demonstrado:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aplic. Financeira - BB - CC 21179-6	-	5.353
Aplic. Financeira - CEF 3491-8	6.960	26.394
Aplic. Financeira - CEF 3791-7	23.271	15.139
Aplic. Financeira - CEF 3483-7	114.633	100.860
	<u>144.864</u>	<u>147.746</u>

Cada conta de aplicação financeira é destinada a prover uma garantia específica, conforme descrito a seguir:

- a) Aplicações financeiras vinculadas às Contas nºs 3491-8, 3791-7 e 3483-7**

Destinadas a prover garantia na Parceria Público Privada (PPP) junto à

Secretaria Municipal de Educação para construção das Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEIs) e Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs), prover garantia na PPP da Saúde (UBS) e prover garantia na PPP junto à Secretaria Municipal de Saúde para construção do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro (HMDCC).

A rentabilidade dos Fundos dessas aplicações nos últimos 12 meses teve a variação de 4,62% a.a a 4,69% a.a.

Considerando a liberação do excedente da garantia da PPP da Educação, resultando o caixa livre de R\$ 20 milhões, em 10 de setembro de 2021, foi autorizada pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração o pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas (nota 16.2 c).

b) Aplicação financeira vinculada à Conta nº 21.179-6

A Assembleia Geral dos Debenturistas de 14/06/2021 ratificou com base nas decisões da Representação do TCE pela liberação de R\$ 5,3 milhões em junho de 2021 aplicada na Conta de Adiantamento (“Contas de Garantia”) para a Conta de livre movimentação da PBH Ativos, registrado no curto prazo.

A rentabilidade anual do Fundo dessa aplicação até a data do resgate foi de R\$ 1,75%, o que gerou rendimentos de janeiro a junho de 2021 de R\$ 46.

9.2. Garantias e cauções classificadas no Passivo Não Circulante

Os valores indicados no Passivo Não Circulante a título de "Garantias e Cauções" referem-se a cauções contratuais com fornecedores. Em 31 de dezembro de 2021 é R\$ 5 (R\$ 13 saldo em dezembro de 2020).

10. Bens destinados à venda

Compreendem terrenos adquiridos em abril de 2012 junto à União por meio de financiamento com a Caixa Econômica Federal, cujo valor de aquisição foi de R\$ 10.010 mil.

Os terrenos foram destinados ao Município de Belo Horizonte, através de um termo de permuta de bens imóveis e cessão de uso gratuito com o Município de Belo Horizonte realizado em 30 de abril de 2015, para edificação da nova Rodoviária da Prefeitura.

Deste modo, considerando o tempo a transcorrer do processo de permuta com o cronograma da referida obra, foi cedido pela Companhia ao Município o uso

gratuito dos terrenos até que efetive a permuta por outros imóveis do Município.

Em junho de 2021 é elaborado um laudo de avaliação por terceiros especialistas dos Terrenos do Bairro são Gabriel e com base nos estudos não há indicações de perda de valor econômico.

11. Ativo imobilizado

O Ativo Imobilizado é representado por terrenos integralizados em 2014 e 2015, no importe de R\$ 29.426 mil e por bens que contribuem para a realização do objeto social da Companhia. No exercício de 2017 os terrenos foram reclassificados da rubrica Bens Destinados para Venda para a Rubrica “Ativo Imobilizado” considerando a revogação do Processo nº 01.047.202/15-56 de licitação para alienação dos terrenos, conforme consta em Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia na data 30 de março de 2017.

Os bens corpóreos e os intangíveis são registrados pelo custo de aquisição e são depreciados e/ou amortizados baseando-se no método linear e foram reavaliados sem indicações de perda de valor econômico em face das suas características e utilização.

A posição patrimonial da PBH Ativos, em 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

▪ Imobilizado

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Terrenos	29.426	29.426
Benfeitorias	112	-
Computadores e periféricos	26	38
Moveis e utensílios	88	107
Máquinas e equipamentos	4	5
Total	<u>29.656</u>	<u>29.576</u>

12. Debêntures

12.1. Debêntures - 1º Emissão

São debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, emitidas em 1 de abril de 2014 para subscrição privada, as quais foram inteiramente subscritas pelo município de Belo Horizonte e integralizadas mediante a cessão de Direitos de Crédito Autônomos, no importe total de R\$ 880.320.000 (correspondente a 88.032 debêntures

subordinadas emitidas com valor nominal unitário de R\$ 10 mil), possui prazo de vencimento em abril de 2023.

São atualizadas pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos meses de janeiro de cada ano, calculado sobre o saldo devedor em 31 de dezembro do ano anterior (nos mesmos moldes da atualização dos Direitos Creditórios).

Em janeiro de 2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 11,6 milhões (R\$ 13, 6 milhões em 2020) a título de atualização monetária sobre o saldo devedor das referidas debêntures e em 31/12/2021 realizou amortizações parciais no montante total de R\$ 54,1 milhões (R\$ 72,1 milhões no exercício de 2020).

Portanto, em 31 de dezembro de 2021 o saldo das Debêntures de Primeira Emissão corresponde a R\$ 213,8 milhões (R\$ 256 milhões - 31/12/2020).

O decréscimo do custo a título correção monetária sobre as debêntures emitidas foi devido à redução do saldo devedor da operação.

A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, promover o resgate antecipado da totalidade das Debêntures Subordinadas, que será calculado pelo valor devido até a data do resgate (valor nominal das Debêntures, acrescido de juros), somado ao prêmio, definido como a diferença positiva entre o saldo dos direitos de crédito autônomos e o valor devido.

Portanto, as Debêntures Subordinadas não apresentam risco de liquidez, uma vez que os parcelamentos inadimplentes, aqueles previstos no Fluxo dos Direitos de Créditos Autônomos, poderão ser usados no pagamento das Debêntures Subordinadas, como previsto na cláusula contratual.

12.2. Debêntures - 2º Emissão

São constituídas por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de Direitos Creditórios Autônomos, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

Na data da emissão, 15 de abril de 2014, correspondiam a 2.300 debêntures com valor unitário de R\$ 100 mil, no montante total de R\$ 230 milhões, com prazo de vencimento em 15 de abril de 2021. Em 09 de maio de 2016 foi celebrado o terceiro aditamento com alterações no cronograma de amortização das Debêntures, modificando os percentuais de amortização previstos para os meses de maio de 2016 a abril de 2021.

São atualizadas mensalmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com pagamentos mensais de amortizações e de juros à taxa de 11% a.a.

Os saldos contábeis são reconhecidos pelo valor justo no momento inicial e posteriormente mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O contrato das debêntures de 2ª emissão da PBH Ativos teve o seu contrato encerrado em abril de 2021 sem que houvesse sua quitação integral. As parcelas devidas e não pagas de julho/2020 até abril/2021 estão retidas na conta número: 18.120-X, agência 1615-2, do banco do Brasil (“contas de Pagamento”), conforme decisão do TCE, o que representa um saldo atualizado em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 5 milhões (R\$ 3,2 milhões em dezembro de 2020). Vide nota 1.2.

12.3. Informação sobre acórdão TCE-Representação 1.024.572

Em 17 de junho de 2020, o acórdão do Tribunal Pleno do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE/MG) referendou a medida cautelar proferida no âmbito da Representação 1.024.572 (Apenso 1.031.793) que discute, dentre outros pontos, aspectos da “Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não-conversíveis, com Garantia Real, em Série única, Com Esforços Restritos de Colocação” realizada pela Companhia. A Emissora foi intimada acerca do acórdão no sentido de que fosse suspenso, em caráter acautelatório, o pagamento das parcelas diretamente aos debenturistas de mercado e de que tais valores fossem depositados numa conta apartada com aplicação financeira de liquidez diária.

No referido acórdão, determinou-se que o Banco Centralizador e o Agente Fiduciário adotassem medidas para o cumprimento do acima citado, de acordo com o prazo de amortização previsto no cronograma da operação, até a superveniência da decisão definitiva pelo Tribunal.

Na oportunidade, o Tribunal de Contas afastou a possibilidade de o Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora em razão dessa decisão. Além de ter frisado que as determinações expedidas ao Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário proíbem a interrupção de qualquer transferência para a conta de livre movimentação e a retenção de valores das contas vinculadas.

A PBH Ativos indicou o domicílio bancário exclusivo para o cumprimento do acórdão, bem como o Agente Fiduciário e Banco Centralizador cumpriram o determinado pelo Tribunal, já a partir da parcela subsequente, de julho de 2020.

Por fim, a Companhia vem prestando todas as informações/esclarecimentos à toda equipe técnica do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais/MG.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021
(Em Reais Mil)

Até o momento não há o exame do mérito da ação e o valor do suposto dano erário municipal não está apurado.

Os assessores jurídicos da Companhia entendam que a probabilidade de perda é possível.

12.4. Custo de Captação

Os encargos financeiros incorridos na captação totalizam o valor de R\$ 2.000.000 na data de emissão, 15 de abril de 2014, e são reconhecidos mensalmente, de acordo com critério de amortização do título, conforme dispõe o Instrumento Particular de Escritura de Segunda Emissão de Debêntures.

De acordo com a data de vencimento da Emissão, as debêntures encerraram em 15 de abril de 2021 e, portanto, o custo de captação nessa data está 100% amortizado. Os valores amortizados estão demonstrados na nota explicativa nº 18.

12.5. Covenants

Conforme definido nos contratos e aditamentos de debêntures de 2ª emissão, a companhia acompanha os relatórios financeiros Covenants, os quais em 31 de dezembro de 2021, encontram-se integralmente atendidos e, desta forma, a Companhia tem recursos financeiro para liquidação das debêntures de mercado (nota 8).

Cumprir informar que o contrato dessa operação está encerrado desde abril de 2021, não constando mais pagamentos ordinários vincendos e, desta forma, não há necessidade de a Companhia garantir os índices de cobertura previsto no contrato, com base no fluxo de realização dos Direitos de Créditos Autônomos (nota 5.2).

13. Impostos e obrigações a recolher

Os saldos referentes aos Impostos e Obrigações a Recolher são apresentados conforme quadro a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
CSLL	278	278
IRPJ	-	751
IRRF	93	112
PIS/COFINS/CSLL/ISS a recolher	4	7
	<u>375</u>	<u>1.148</u>

A Companhia adota a apuração do IRPJ e CSLL com base no lucro real com recolhimentos mensais por estimativa. O imposto de renda e contribuição social a recolher do período compreendem os impostos correntes. As alíquotas desses

impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

13.1. Compensação dos débitos de estimativas de IRPJ e CSLL do ano de 2018.

Em razão da Lei Federal nº 13.670/2018, que restringiu os contribuintes de utilizarem os créditos de saldos negativos de IRPJ e CSLL por meio de compensação (PER/DCOM) de tributos federais estimados, a Companhia impetrou em agosto de 2018 Mandado de Segurança nº 1009059-46.2018.4.01.3800, com pedido de liminar, baseando-se nos princípios da segurança jurídica, com o intuito de que possa compensar os débitos IRPJ e CSLL desde o mês de maio de 2018.

Em 10 de agosto de 2018 foi concedido à Companhia liminar para suspender, até o término do exercício de 2018, a exigibilidade do inciso IX do parágrafo 3º do artigo 74 da Lei 9.430/96, na redação da Lei 13.670/2018, autorizando a utilização dos créditos de Saldos Negativos de IRPJ e CSLL para compensação dos débitos de IRPJ e CSLL até dezembro de 2018.

Foram compensados por meio de formulários os débitos de IRPJ (R\$ 3,6 milhões e CSLL (1,4 milhões) com os créditos de saldo negativo.

Os Autos foram estão remetidos ao TRF1 (Tribunal Regional Federal de 1ª Região) aguardando o despacho decisório, desde 16/8/2019.

Os assessores jurídicos da Companhia entendam que a probabilidade de perda é possível (nota 7.1).

14. Salários, remunerações e encargos sociais

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da conta de salários, remunerações e encargos sociais estão assim demonstrados:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ordenados e salários	230	234
FGTS a recolher	18	24
INSS e RPPS a recolher	99	83
	<u>347</u>	<u>341</u>

15. Provisões trabalhistas

Os saldos referentes às provisões são apresentados conforme quadro a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão para Férias	223	235
Encargos s/ Provisão de 13º Salário	-	-
Encargos s/ Provisão de Férias	79	84
	<u>302</u>	<u>319</u>

16. Patrimônio líquido**16.1. Capital social**

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 284.280.301, representado por 32.851.182 ações ordinárias.

16.2. Reservas**a) Reserva legal**

Correspondente a 5% (cinco por cento), antes de qualquer destinação, para constituição da Reserva Legal que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social, tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva de lucros

Composto pelo saldo remanescente do lucro líquido do exercício subtraído da reserva legal. Nos termos do inciso III do parágrafo 3º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, a proposta da atual administração é destinar a retenção de todo o lucro líquido incorrido até o presente exercício para Reserva de Lucros a Destinar, a ser deliberada em Assembleia Geral Ordinária.

c) Juros sobre capital próprio

De acordo com a ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de setembro de 2021, foi autorizada pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração a distribuição de dividendos sob a forma de Juros sobre capital próprio no valor de R\$ 20 milhões (nota 9.1 a), nos termos dos artigos 202 e 204 da Lei nº 6.404/76 e Interpretação Técnica ICPC 08, e observados os limites previstos na Lei nº 9.249/95.

A base para a distribuição de R\$ 20 milhões de Juros sobre o capital próprio está demonstrada no quadro abaixo:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021
(Em Reais Mil)

Composição do Patrimônio Líquido: 31/12/2020

(informações do exercício anterior - Auditado)

Capital Social Integralizado	284.280
(+) Reserva Legal	9.017
(+) Reservas de Lucros	134.138
(=) Total Patrimônio Líquido	427.435
<hr/>	
BASE DE CÁLCULO JSCP	427.435
<hr/>	
TJLP no período (Setembro de 2021)	4,8800%
<hr/>	
Juros passível de dedução para IRPJ e CSLL =	R\$ 20,86

17. Receitas

Em 31 de dezembro de 2021 as receitas são compostas pelos seguintes valores:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Juros	6.374	9.248
Atualização de Créditos	34.052	33.329
Prestação de Serviços	322	1.290
	<u>40.748</u>	<u>43.867</u>
(-) Deduções		
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
ISSQN	(14)	(62)
PIS	(24)	(21)
COFINS	(5)	(98)
	<u>(43)</u>	<u>(181)</u>
(=) Receita Líquida	<u>40.705</u>	<u>43.686</u>

17.1. Juros auferidos

São juros incidentes sobre os valores dos "Direitos Creditórios" reconhecidos pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros, que desconta os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do ativo financeiro (vide Nota nº 5.2).

17.2. Atualização de créditos

Decorrem, principalmente, da atualização do saldo dos créditos relativos ao Convênio COPASA-MG e do saldo credor dos Direitos Creditórios (Nota nºs 5.1 e 5.2).

A classificação do ativo financeiro - Direitos Creditórios (nota explicativa 5.2) é baseada no modelo no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Contudo, como não é possível estimar de forma confiável, os fluxos de caixa ao longo de todo o instrumento contratual por conta da natureza dos parcelamentos dos rompimentos, inadimplência e entre outros fatores, por conservadorismo, em atenção ao CPC 48, utilizamos o fluxo de caixa contratual longo de todo o termo contratual do instrumento financeiro.

17.3. Receita de Serviços

Receitas de prestação de serviços para análise de modelagem econômico-financeira e jurídica para os contratos de convênios.

18. Custos

São reconhecidos como custos operacionais os valores incorridos na operação das Debêntures, compostos pelos seguintes valores:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Atualização s/ Debêntures	(11.599)	(13.726)
Juros s/ Debêntures	(24)	(510)
Amortização de custos de captação	(5)	(31)
	<u>(11.628)</u>	<u>(14.267)</u>

19. Despesas tributárias

As despesas tributárias da Companhia em 31 de dezembro de 2021 estão assim demonstradas:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Processos fiscais (Nota nº 7)	(3.499)	(3.244)
IPTU	(234)	(226)
Outros	(3)	(1)
	<u>(3.736)</u>	<u>(3.471)</u>

20. Atualização Monetária (Correção do Saldo Negativo de IRRF)

No ano de 2020, a correção do Saldo Negativo de IRRF, com base na Selic, no montante 241 mil é maior em comparação no exercício de 2021 (11 mil), tendo em vista que em 2020 a Companhia corrigiu o saldo negativo de 2017 para a compensação dos tributos a recolher (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e CSLL sobre as notas fiscais do tomador de serviço e IRRF). O saldo em negativo em 2021 está demonstrado na nota nº 6.

21. Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2021 está assim demonstrado:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas Financeiras		
Receitas c/ aplicações financeiras	10.807	5.105
Outras receitas financeiras	7	-
	<u>10.814</u>	<u>5.105</u>
Despesas Financeiras		
Comissões despesas bancárias	(78)	(75)
Variação monetária	(161)	-
IOF	(79)	(67)
	<u>(318)</u>	<u>(142)</u>
	<u>10.496</u>	<u>4.963</u>

O resultado financeiro aumentou em 31 de dezembro de 2021 em comparativo em 31 de dezembro de 2020, em razão do aumento da taxa de juros e o aumento do saldo de aplicações financeiras.

22. Impostos de Renda e Contribuição Social

A Companhia adota a apuração do IRPJ e CSLL com base no lucro real anual. Os tributos definitivos são apurados ao término do exercício, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Composição		
Resultado Contábil	25.550	15.661
Provisões não dedutíveis	(1.173)	1.163
(=) Lucro Líquido	<u>24.377</u>	<u>16.824</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021
(Em Reais Mil)

(+) Adições	63.128	60.237
(-) Exclusões	(61.104)	(43.140)
Resultado Fiscal	26.401	33.910
(-) Compensação Prejuízo/Base Negativa de Exerc. Anteriores	(7.920)	(10.176)
Base de Cálculo	18.481	23.744
IRPJ	4.596	5.912
CSLL	1.663	2.137
IR/CSLL corrente	(6.259)	(8.049)

A redução do imposto de renda e contribuição social foi impactada positivamente no caixa operacional da Companhia, por conta da distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 20 milhões (nota 16.2 C), como demonstrado no quadro acima.

22.1. IRPJ e CSLL sobre Lucro Líquido

O imposto de renda do exercício corrente é calculado com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil, para imposto de renda. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Ambos tributos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitadas a 30% do lucro real.

Ressalta-se que, dentre as receitas auferidas, partes não foram realizadas, de modo que são excluídas da base de cálculo para fins de apuração.

22.2. Provisão de imposto de renda e contribuição social sobre receita não realizada

De acordo com o inciso "a" e "b" do artigo 3º do Decreto nº 1.578/77 e atualizado pelo Decreto nº 1.698/78, o artigo 10º da IN nº 21/79 e IN nº 1.700/2018, a Companhia realiza o diferimento do IRPJ e da CSLL sob as receitas não realizadas de atualização monetária do saldo devedor da COPASA e dos juros compensatórios e atualização monetária sobre o saldo devedor dos Direitos Creditório Autônomos.

Em 31 de dezembro de 2021 foram contabilizadas provisões de imposto de renda e contribuição social diferida sobre o valor da receita financeira não realizada no período:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021
(Em Reais Mil)

IRPJ e CSLL diferidos (em milhares de Reais)	IRPJ e CSLL Provisionado (R\$)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	73.157
IRPJ e CSLL sobre Receita não realizada COPASA	831
IRPJ e CSLL sobre Rec. não realizada Direitos Cred. a Receber	(2.912)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	71.076
IRPJ e CSLL sobre Receita não realizada COPASA	4.702
IRPJ e CSLL sobre Rec. não realizada Direitos Cred. a Receber	(9.373)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	66.405

22.3. Crédito fiscal a compensar

O Imposto diferido do ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

A Companhia possui créditos fiscais ativados contabilmente, relativos a prejuízos fiscais/bases negativas a compensar em períodos futuros, conforme valores a seguir discriminados.

Créditos fiscal a compensar	CSLL (9%) e IRPJ (25%)
Prejuízo Fiscal Exercício 2012	120
Compensação Prej. Resultado Exercício 2013	(89)
Saldo Prej. Fiscal Exercício 2012 não compensado	31
Prejuízo Fiscal Exercício 2014	5.414
Prejuízo Fiscal Exercício 2015	9.294
Prejuízo Fiscal Exercício 2016	12.729
Prejuízo Fiscal Exercício 2017	(426)
Prejuízo Fiscal Exercício 2018	(3.322)
Prejuízo Fiscal Exercício 2019	(4.232)
Prejuízo Fiscal Exercício 2020	(3.461)
Prejuízo Fiscal Exercício 2021	(2.692)
Total	13.335

A Companhia realiza, anualmente, estudo técnico quanto à expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e realização do ativo fiscal diferido no período de 10 anos, nos termos da instrução da CVM nº 371/2002 e CPC 32.

23. Operações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas são relativas a: (i) cessão de Direitos de Créditos Autônomos (Direitos Creditórios a Receber); (ii) Fluxo recebíveis da COPASA transferidos à PBH Ativos por meio de aumento de capital social; (iii) à emissão de Debêntures de Primeira Emissão, subscritas pelo Município de Belo Horizonte, (iv) contratos de penhor para as PPP' da Saúde e Educação. Tais operações foram realizadas em condições de mercado e levando em consideração as normas legais a que a PBH Ativos está sujeita, conforme

mencionado nas Notas Explicativas nº 5,9 e 12.

Importante destacar que os fluxos recebíveis da COPASA e dos Direitos Creditórios não sofreram alterações que compromettesse os seus compromissos com os debenturistas e a garantias das PPP's a curto prazo.

A PBH Ativos destaca-se pela expertise necessária para o desenvolvimento de estudos de modelagem de permissões, concessões e PPPs, com a finalidade de garantir a viabilidade econômico-financeira e jurídica de projetos que possibilitam à Administração Direta e Indireta do Município de Belo Horizonte executar políticas públicas que promovam seu desenvolvimento.

24. Ativos e passivo financeiros

Os principais instrumentos financeiros e seus respectivos valores justos estão representados nas notas explicativas nº 4, 5, 9 e 12. O valor justo é considerado idêntico aos saldos contábeis, principalmente, considerando que foram dados em garantia em operações de emissões de debêntures e de contratos de PPP, que são operações impossibilitados de serem negociados no mercado.

25. Operações com o Pessoal-Chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretores estatutários, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e fiscalização das contas financeiras, orçamentárias e contábeis. Não existe remuneração baseada em ações e a remuneração e encargos anual global do pessoal-chave da administração da Companhia em 2021 e de 2020 é de R\$ 1,6 milhões.

26. Eventos subsequentes

Administração reconhece sua responsabilidade pela adequada apresentação e divulgação das demonstrações contábeis e confirma que não ocorreram eventos subsequentes relevantes entre o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e a data de aprovação dessas demonstrações contábeis datadas em 21 de março de 2022.

Pedro Meneguetti
Diretor Presidente

Fábio Menezes Resende
Contador: CRC/MG 079805/O-8